

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº ____/20__ – COMPRA



TERMO DE CONTRATO DE COMPRA DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOCONFERÊNCIA, PARA REDUNDÂNCIA DE SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL QUE FAZEM ENTRE SI A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMERJ) E A EMPRESA _____ (Processo Administrativo nº 146922/2014).

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ-MF sob o nº 35.949.858/0001-81, com endereço na Rua Dom Manuel, nº 25, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, Desembargador Sérgio de Souza Verani, e a sociedade empresária _____, CNPJ-MF nº _____, com endereço na _____, nº _____, doravante denominada Contratada, representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade nº _____, emitida pelo IFP, C.P.F. nº _____, conforme consta no(a) _____ às fls. _____, firmam o presente Termo de contrato, cuja celebração foi autorizada às fls. _____ do Processo Administrativo nº 2014.146922, concernente à licitação nº 11/2014, efetuada na modalidade Pregão. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições, que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei federal nº 10.520, de 17/07/02, e a Lei federal nº 8.666/93, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, além das normas legais e regulatórias voltadas à sustentabilidade compatíveis com o objeto deste contrato. **PRIMEIRA (DO OBJETO)** – A Contratada se obriga a fornecer 01 (uma) unidade de controle multiponto (MCU), 01 (uma) solução de gerenciamento de ambiente de videoconferência, 01 (um) sistema de gravação para até 05 (cinco) reuniões simultâneas e 04 (quatro) terminais completos de videoconferência, para redundância do sistema de videoconferência existente na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, bem como realizar a instalação e configuração de todo material adquirido e o treinamento de pessoal nas instalações da EMERJ, com duração mínima de 20 (vinte) horas, em conformidade com as especificações do termo de referência, anexo I, do edital da Licitação nº 11/2014 que, com a proposta apresentada pelo contratado, integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ poderá suprimir ou acrescentar objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no Artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. **SEGUNDA (DA FORMA DE FORNECIMENTO)** – O objeto do contrato será fornecido de uma só vez, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da confirmação de recebimento da NAD/nota de empenho. **TERCEIRA (DO RECEBIMENTO DO OBJETO)** – O objeto do contrato será recebido, conforme o caso, nos termos do art. 73 da Lei Federal 8.666/93. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – a entrega dos equipamentos deverá ser realizada, mediante agendamento, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com o Serviço de Almoxarifado (SEALM), pelos telefones (21) 3133-1864 ou (21) 3133-3401. O Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DETEC) será responsável pela sua conferência e aprovação. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – São encargos exclusivamente do contratado a entrega e o descarregamento da mercadoria no local determinado pelo SEALM. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - No momento da entrega, deverão ser apresentadas as respectivas notas fiscais dos equipamentos para conferência. A empresa vencedora deverá emitir uma nota fiscal para cada código de despesa. Código de

despesa 4.4.9.0.52.16 (unidade de controle multiponto (MCU), solução de gerenciamento de ambientes de videoconferência, sistema de gravação para até 05 (cinco) reuniões simultâneas e terminal completo de videoconferência), código de despesa 3.3.9.0.39.17 (serviço de instalação do sistema de videoconferência) e código de despesa 3.3.9.0.39.21 (treinamento de pessoal a ser ministrado nas instalações da EMERJ, com duração mínima de 20 (vinte) horas). **QUARTA (DA FISCALIZAÇÃO)** – A fiscalização, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, cabe ao Contratante, que a seu critério e por meio de servidor designado pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DETEC), deverá exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A existência e a atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros. **QUINTA (DO VALOR)** – O valor do contrato é de R\$ _____ (_____), conforme o lance final de preço proposto pela contratada, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula oitava. **SEXTA (DA DESPESA)** – A despesa do contrato correrá à conta dos Códigos de Despesa 4.4.9.0.52.16, 3.3.9.0.39.17 e 3.3.9.0.39.21 do Programa de Trabalho 0362020610142.1636 (itens 01, 02, 03 e 04) e 03620206101422296 (itens 05 e 06), do Orçamento da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, conforme nota(s) de empenho acostada(s) aos autos. **SÉTIMA (DO PAGAMENTO)** – O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da data final do cumprimento da obrigação, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado e acompanhada dos comprovantes de recolhimento do INSS, do FGTS e CNDT, por meio de crédito em conta-corrente no **BANCO BRADESCO S/A**. O fiscal do contrato conferirá cada fatura e atestará a execução em conformidade com o contrato e, após, o gestor avisará e encaminhará a documentação para pagamento, acompanhada deste termo assinado e publicado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública. **PARAGRAFO PRIMEIRO** – Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% ao ano. Entende-se por atraso o prazo que exceder 15(quinze) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O desconto por antecipação de pagamento, sempre em correspondência à antecipação da entrega do bem, seja a requerimento da Contratada ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação. **OITAVA (DO PRAZO)** – O prazo do contrato compreende o prazo para entrega dos materiais/equipamentos de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei federal nº 8.666/93, e o prazo de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, referente à garantia de qualidade, contado do recebimento definitivo dos materiais/equipamentos, que se dará com a aprovação, por escrito, do Órgão Técnico, após o efetivo funcionamento do último equipamento instalado e configurado. **NONA (DA**

GARANTIA) - O contratado apresentou o comprovante de prestação da garantia, no valor de R\$ (.....), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O não atendimento caracterizará falta contratual e sujeitará o contratado às sanções previstas neste contrato. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei federal 8.666/93, o contratado deverá complementar no prazo de 2 (dois) dias o valor da garantia prestada para que seja mantido o percentual de 5% do valor do contrato. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – O contratado, após o cumprimento integral das obrigações assumidas e recebidas pelo Contratante em conformidade com o art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, dirigirá, ao Serviço de Compras da EMERJ, o requerimento de liberação da garantia prestada. **DÉCIMA (DAS OBRIGAÇÕES)** – A Contratada é obrigada a corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam. **DÉCIMA PRIMEIRA (DAS PENALIDADES)** – Ao Contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº. 8.666/93, a saber: a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço; b) multa, I - administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226 e Decreto 3149/80, art. 87; II- moratória, ocorrendo atraso na execução, por causa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço; d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As penalidades de multa, estabelecidas na alínea “b” do *caput* desta cláusula, poderão ser cumuladas com qualquer das demais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor de multa aplicado será descontado de eventuais créditos que tenha em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-la judicialmente. **DÉCIMA SEGUNDA (DA RESCISÃO)** – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei Federal 8.666/93 e no contrato. **DÉCIMA TERCEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)** – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte. **DÉCIMA QUARTA (DAS RESPONSABILIDADES)** – A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e cuja responsabilidade caberão, exclusivamente, ao Contratado. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos

pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Contratado deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação do termo de referência. **PARÁGRAFO QUARTO** – O Contratado responderá, exclusivamente, pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente. **PARÁGRAFO QUINTO** – A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. **DÉCIMA QUINTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)** – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto. **DÉCIMA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)** – Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, a Contratante providenciará a publicação no DJERJ, em resumo, do presente termo de contrato. **DÉCIMA SÉTIMA (DO FORO)** – O Foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

Desembargador Sérgio de Souza Verani
Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
EMERJ

Contratada